

VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA E IDENTIDADE COM ENFOQUE NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR - BNCC

LINGUISTIC VARIATION AND IDENTITY WITH A FOCUS ON THE NATIONAL COMMON CURRICULAR BASE - BNCC

VARIACIÓN LINGÜÍSTICA E IDENTIDAD CON ENFOQUE EN LA BASE NACIONAL COMÚN CURRICULAR - BNCC

Denise da Silva de Oliveira¹

RESUMO: Analisa a relação entre variação linguística, identidade e ensino de Língua Portuguesa na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com o objetivo de compreender de que modo o documento orienta práticas pedagógicas voltadas ao reconhecimento da diversidade linguística no contexto escolar. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, desenvolvida a partir da leitura crítica de autores dos estudos linguísticos e educacionais, bem como do exame das habilidades da BNCC relacionadas ao tema. Os resultados evidenciam que a BNCC reconhece a importância da variação linguística e do combate ao preconceito linguístico, além de incentivar o trabalho com diferentes práticas de linguagem e gêneros discursivos. Contudo, o documento ainda apresenta lacunas quanto à operacionalização didática dessas diretrizes, o que pode gerar interpretações divergentes e abordagens pedagógicas pouco consistentes. Conclui-se que o ensino de Língua Portuguesa precisa articular norma-padrão, usos sociais da língua e construção identitária, de modo a promover uma educação linguística crítica, inclusiva e socialmente situada.

1

Palavras-chave: Variação linguística. Identidade. Ensino de Língua Portuguesa. BNCC.

ABSTRACT: analyzes the relationship between linguistic variation, identity, and Portuguese language teaching in the National Common Curricular Base (BNCC), aiming to understand how the document guides pedagogical practices focused on recognizing linguistic diversity in school contexts. This is a qualitative bibliographic and documentary study, based on a critical reading of authors from linguistic and educational studies, as well as on the examination of BNCC skills related to the topic. The results show that the BNCC acknowledges the importance of linguistic variation and of combating linguistic prejudice, while also encouraging work with different language practices and discursive genres. However, the document still presents gaps regarding the didactic operationalization of these guidelines, which may lead to divergent interpretations and inconsistent pedagogical approaches. It is concluded that Portuguese language teaching needs to articulate the standard norm, social uses of language, and identity construction in order to promote a critical, inclusive, and socially situated language education.

Keywords: Linguistic variation. Identity. Portuguese language teaching. BNCC.

¹Doutora em Estudos da Linguagem - Universidade Estadual de Londrina/UEL. Docente na Faculdade Cristo Rei/FACCRI.

RESUMEN: analiza la relación entre variación lingüística, identidad y enseñanza de la Lengua Portuguesa en la Base Nacional Común Curricular (BNCC), con el objetivo de comprender de qué manera el documento orienta prácticas pedagógicas dirigidas al reconocimiento de la diversidad lingüística en el contexto escolar. Se trata de una investigación cualitativa, de carácter bibliográfico y documental, desarrollada a partir de la lectura crítica de autores de los estudios lingüísticos y educativos, así como del examen de las habilidades de la BNCC relacionadas con el tema. Los resultados evidencian que la BNCC reconoce la importancia de la variación lingüística y del combate al prejuicio lingüístico, además de incentivar el trabajo con diferentes prácticas de lenguaje y géneros discursivos. Sin embargo, el documento todavía presenta vacíos en cuanto a la operacionalización didáctica de esas directrices, lo que puede generar interpretaciones divergentes y enfoques pedagógicos poco consistentes. Se concluye que la enseñanza de la Lengua Portuguesa necesita articular norma estándar, usos sociales de la lengua y construcción identitaria, con el fin de promover una educación lingüística crítica, inclusiva y socialmente situada.

Palabras clave: Variación lingüística. Identidad. Enseñanza de la Lengua Portuguesa. BNCC.

INTRODUÇÃO

A língua e suas variações desempenham um papel central na formação da identidade, refletindo as experiências individuais e coletivas. Este estudo investiga a relação entre as variações linguísticas, a construção identitária e as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017, com foco no ensino da Língua Portuguesa. A compreensão das implicações pedagógicas dessas variações é essencial para uma educação que valorize a diversidade cultural e social, exigindo abordagens pedagógicas inclusivas e reflexivas.

O objetivo principal desse artigo é analisar as orientações propostas pela BNCC para o desenvolvimento de práticas de linguagem que incorporem a diversidade linguística e promovam o reconhecimento das múltiplas identidades dos alunos. Essa análise inclui uma avaliação teórica das diretrizes e uma reflexão sobre sua consonância com as filosofias educacionais contemporâneas, destacando estratégias inovadoras para integrar a variação linguística aos processos de ensino e aprendizagem.

Metodologicamente, este estudo adota uma abordagem qualitativa, baseada em pesquisas bibliográficas e documentais, para explorar o fenômeno das variações linguísticas e suas interseções com a formação identitária. A abordagem qualitativa permite uma análise detalhada da linguagem como fenômeno dinâmico, influenciado por contextos sociais, culturais e individuais, e sua contribuição para a construção de significados.

A fundamentação teórica do estudo toma como ponto de partida teorias contemporâneas sobre identidade e linguagem, reconhecendo que esta última não é um constructo estático, mas

um elemento em constante transformação. Assim, o artigo propõe um diálogo interdisciplinar, alinhado às diretrizes da BNCC, para abordar questões relacionadas à diversidade linguística e à educação.

Ao interligar essas dimensões, o artigo oferece uma análise abrangente da relação entre variações linguísticas, identidade e práticas pedagógicas. Assim, contribui para o avanço das discussões sobre a diversidade na educação, fomentando práticas inclusivas e transformadoras.

A identidade não pode ser vista como uma entidade fixa, mas sim como um fenômeno multidimensional e dinâmico, moldado pela interação de fatores internos e externos, tais como características individuais, vivências pessoais, estruturas sociais e normas culturais. Ela é construída na confluência dessas dimensões, sendo constantemente configurada e reconfigurada.

Em um conjunto de mudança social constante, a identidade expressa tanto a semelhança quanto a descoberta do diferente, oscilando entre o individual e o coletivo. Como observa Hall (2006), as identidades tradicionais estão em declínio, dando lugar a novas formas que fragmentam o sujeito moderno. Essa aparente crise de identidade reflete um amplo processo de transformação social. Nesse sentido, a identidade revela-se fluida, marcada por um constante trânsito de ideias e práticas.

A análise das construções identitárias exige uma consideração do contexto histórico e institucional, ambos caracterizados por formações e práticas discursivas próprias (Oliveira, 2015). Esse conceito envolve também marcas de exclusão, frequentemente destacando diferenças em vez de semelhanças. A linguagem desempenha um papel crucial nesse processo, pois não apenas reflete, mas também constitui identidades em contextos específicos. Segundo Mendes (2002, p. 123), a identidade é "[...] socialmente distribuída, construída e reconstruída nas interações sociais," emergindo das relações e conflitos entre indivíduos e se manifestando por meio das formas linguísticas representativas.

A identidade cultural é um tema complexo e multifacetado, constituindo um foco significativo nos estudos contemporâneos. No campo educacional e pedagógico, ela está relacionada a conceitos como poder e cultura, que influenciam a percepção e o desenvolvimento de normas linguísticas dominantes ou excludentes.

A linguagem, por sua vez, é, por excelência, um ato de identidade. Segundo Bortoni-Ricardo (2005), há quatro condições fundamentais para que a linguagem atue como índice de identidade: identificação com o grupo modelo, acesso às regras sociolinguísticas do grupo,

gestão de motivações conflitantes e habilidade para ajustar o próprio comportamento. A linguagem não apenas reflete identidades; ela as constrói, permitindo que os falantes moldem ativamente suas identidades por meio de escolhas linguísticas influenciadas por forças sociais externas.

No ambiente educacional, a identidade do estudante apresenta uma complexidade particular. Ela é composta por características físicas, sociais e cognitivas que singularizam o indivíduo e o situam como sujeito no processo de ensino e aprendizagem. Esse sujeito ativo transita por diferentes esferas sociais, interagindo e influenciando as dinâmicas escolares. A identidade é, portanto, uma construção dialógica, criada e expressa na interação com o outro. Reflete a troca de significados entre indivíduos em um ambiente comunitário, com marcas linguísticas que espelham tanto o coletivo quanto a singularidade do sujeito. Por meio desse jogo dialógico, cada indivíduo se constitui e se reconhece como sujeito social, em um processo contínuo de interação e interdependência.

O presente estudo parte do pressuposto fundamental de que toda língua é composta por uma variedade de formas linguísticas, que podem variar tanto interna quanto externamente, conforme apontado por Faraco e Tezza (2004). Essas variedades não são homogêneas nem tampouco fixas, refletindo a complexidade e diversidade das práticas linguísticas reais. A língua é compreendida como um espectro de variedades que refletem diferentes contextos sociais, culturais, geográficos e históricos, desafiando a noção de uma língua monolítica e estática.

4

No entanto, conforme argumentado por Bagno (2006), existe uma hierarquia social das variedades linguísticas, moldada por fatores sociais e históricos. Algumas formas de fala são elevadas ao status de prestígio, enquanto outras são desvalorizadas e marginalizadas. Esse fenômeno reflete as relações de poder na sociedade e contribui para a exclusão e perpetuação de preconceitos linguísticos (Teixeira; Fanti, 2021). A análise desse fenômeno permite compreender a linguagem como um campo de luta e negociação sociocultural.

Michel Foucault (2004) também traz contribuições relevantes para a compreensão dessa hierarquia, analisando o discurso como uma prática social que reflete e sustenta as relações de poder existentes. A relação entre discurso e poder se conecta com a obra de Bagno (2006), compreendendo a hierarquia das variedades linguísticas como parte da ordem do discurso descrita por Foucault (2004). Tanto Foucault quanto Bagno apontam para a possibilidade de resistência e transformação dessa hierarquia.

A partir dessas perspectivas, torna-se fundamental repensar as práticas educacionais e linguísticas, buscando uma abordagem que valorize a diversidade linguística e promova a igualdade de oportunidades. Isso implica em reconhecer a linguagem como uma arena de luta e poder, e adotar uma postura crítica em relação à hierarquia das variedades linguísticas.

Essa abordagem pedagógica também implica uma mudança de paradigma educacional, afastando-se de uma perspectiva que prioriza o ensino da norma culta para adotar uma visão mais inclusiva e holística, conforme apontado por Bortoni-Ricardo (2005). Reconhecendo e valorizando as variações linguísticas como aspectos essenciais do desenvolvimento humano, essa abordagem pedagógica busca incorporá-las ao ambiente da sala de aula como ferramentas para atingir determinados objetivos, promovendo uma visão de educação linguística que valoriza a diversidade, fomenta a inclusão e reconhece a linguagem como expressão das identidades e experiências dos alunos.

A valorização das variações linguísticas pode aprimorar a habilidade comunicativa dos alunos, permitindo-lhes expressar-se de maneira autêntica e eficaz. Além disso, ao permitir que as variações linguísticas sejam exploradas e respeitadas, os alunos têm a oportunidade de expressar e afirmar suas identidades sociais por meio de suas escolhas linguísticas, evitando a estigmatização e a marginalização de determinadas variações linguísticas, e promovendo a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Tanto a escrita quanto a fala são canais pelos quais um estudante se expressa e manifesta sua identidade. É crucial, portanto, que as escolas ofereçam apoio à expressão linguística das experiências vividas pelos alunos, facilitando assim o reconhecimento de seu papel ativo na construção de conhecimento. A disciplina de Língua Portuguesa pode tornar-se uma oportunidade para implementar práticas pedagógicas contextualizadas, que se conectem com a realidade dos alunos e promovam a interconexão de conhecimentos, além de promover uma troca contínua de sabedoria. Para fazer essa conexão entre estudos linguísticos e educacionais, precisamos discutir e refletir sobre experiências pedagógicas em que os alunos se veem como personagens principais. Isso exige um enfoque contextualizado que considere a multiplicidade do conhecimento de mundo dos alunos, pois suas identidades também são expressas por meio de suas variações linguísticas.

Assim, é crucial que o educador dê prioridade a práticas sociais eficazes no ambiente escolar, que sejam implementadas em diferentes fases do processo de aquisição de conhecimento. A BNCC defende que essas ações devem basear-se no trabalho com múltiplas

linguagens, permitindo que os alunos se envolvam em práticas discursivas de várias esferas sociais, expandindo, assim, a intertextualidade do texto. A seção Língua Portuguesa no Ensino Fundamental – Anos Finais: práticas de linguagem, objetos de conhecimento e habilidades oferece orientações para o ensino, com foco em práticas de linguagem reflexivas como o centro da prática pedagógica, buscando ajudar o professor a lidar com os diversos fatores que influenciam a vida do aluno.

Frequentemente, os espaços escolares estão repletos de paradigmas que desvalorizam as variações linguísticas dos alunos, especialmente aquelas oriundas da cultura popular. Porém, é essencial salientar que essa generalização não se aplica a todas as situações, pois a complexidade da socialização no contexto escolar exige uma análise específica de cada caso. Pesquisas, como a de Bortoni-Ricardo (2005), ajudam os educadores a modificarem gradualmente as estruturas tradicionais de ensino, promovendo uma educação mais inclusiva e valorizando as diversas formas de expressão linguística.

Ao trabalhar com a alfabetização, rejeitamos a separação entre os conteúdos de diferentes áreas. Assim, a perspectiva dos gêneros textuais implica considerar o ambiente escolar como formador da experiência cotidiana do aluno, planejando ações que priorizem práticas sociais eficazes. Essas práticas devem levar em conta a pluralidade das variações linguísticas dos alunos, pois é através delas que eles se identificam.

Ao expressarem-se linguisticamente de maneira diversificada, os grupos sociais de alunos inserem-se socialmente por meio de uma "[...] rede de interdependência entre os seres humanos e o que os liga" (Elias, 1994, p. 249). Dessa forma, as expressões linguísticas influenciam diretamente ou indiretamente a inserção social dos grupos de alunos, sugerindo que a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas também um meio fundamental para estabelecer conexões entre as pessoas. As escolhas linguísticas dos alunos, em toda a sua diversidade, tornam-se manifestações de sua identidade e, ao mesmo tempo, meios de se associar a uma estrutura social complexa. Nesse contexto, a linguagem é percebida como uma forma de ação social que, ao expressar a diferença, serve como uma ponte para a inclusão social.

A BNCC de 2017 propõe diretrizes para fortalecer a educação, buscando preparar os educadores para lidar com a complexidade do ensino. Nos últimos anos do Ensino Fundamental, os jovens/adolescentes participam com maior criticidade em diversas situações de comunicação, interagindo com um número crescente de interlocutores, incluindo no contexto escolar, onde a presença de múltiplos professores por componente curricular amplia

as possibilidades de aprendizagem. Essa transição favorece a expansão do conhecimento, mas também impõe desafios na integração dos diferentes saberes. A formação para a autonomia se fortalece nessa fase, em que os estudantes assumem um papel mais ativo nas práticas de linguagem realizadas dentro e fora da escola.

No componente Língua Portuguesa, há um maior contato dos alunos com gêneros textuais diversos, abrangendo múltiplos campos de atuação e disciplinas. A proposta da BNCC sugere partir das práticas de linguagem já vivenciadas pelos estudantes para ampliá-las com novas experiências, enfatizando a circulação de gêneros nos campos artístico-literário, acadêmico, jornalístico-midiático, de atuação na vida pública e na esfera pessoal. Entretanto, apesar dessa aparente abertura, a BNCC ainda peca em generalizações que limitam sua aplicabilidade na diversidade das realidades escolares. Ao estabelecer diretrizes amplas, mas sem um aprofundamento suficiente na implementação prática, a política curricular corre o risco de não atender plenamente à complexidade da variação linguística e da identidade sociocultural dos estudantes.

Embora o documento rejeite uma visão prescritiva da gramática normativa e defenda uma abordagem mais flexível e contextualizada, reconhecendo a língua como um sistema dinâmico, ainda há lacunas na forma como essa orientação é aplicada na prática pedagógica. A falta de diretrizes mais específicas pode levar a interpretações divergentes, resultando em abordagens inconsistentes entre escolas e professores. Assim, a proposta de ensino da língua precisa avançar para além do discurso normativo da BNCC e considerar, de maneira mais concreta, os desafios enfrentados pelos docentes na efetiva valorização das diferentes variantes da língua no contexto escolar.

A sociedade ainda enfrenta desafios significativos relacionados ao preconceito linguístico, um fenômeno que pode se manifestar na percepção de certas formas de falar como inferiores ou incorretas, bem como na associação dessas formas a uma suposta falta de inteligência ou menor nível educacional por parte de seus falantes. Essas crenças parecem estar profundamente enraizadas em estruturas sociais marcadas por desigualdades, como racismo, elitismo e preconceito de classe, o que pode contribuir para processos de discriminação e exclusão. Diante desse cenário, a educação linguística pode desempenhar um papel relevante ao fomentar reflexões sobre esses preconceitos e ao incentivar abordagens mais inclusivas e respeitosas em relação à diversidade linguística.

No contexto escolar e em outras esferas sociais, o ensino da linguagem pode ser conduzido de maneira a levar em consideração a realidade sociocultural dos indivíduos, reconhecendo e valorizando diferentes formas de expressão. A imposição de uma norma única e homogênea pode desconsiderar a complexidade da língua e de seus usos, motivo pelo qual abordagens mais flexíveis e contextuais têm sido debatidas no campo da educação linguística. Além do desenvolvimento de habilidades comunicativas, essas perspectivas podem estar alinhadas à promoção de valores como empatia, respeito e tolerância, aspectos frequentemente apontados como fundamentais para relações sociais mais equitativas e para uma participação cidadã mais consciente e crítica.

A variação linguística pode ser compreendida como um elemento central das práticas de oralidade. Durante a comunicação, diferentes variantes linguísticas são empregadas conforme fatores como contexto, assunto, público e objetivo da conversação. Conforme argumenta Bagno (2006), reconhecer a diversidade linguística implica compreender que todas as formas de expressão possuem valor dentro de seus respectivos contextos sociais e históricos, e que a percepção de superioridade de determinadas variedades linguísticas é construída socialmente.

No ambiente escolar, essa diversidade pode ser explorada como um recurso para ampliar a reflexão sobre o funcionamento da língua e sua relação com a identidade dos falantes. Nesse sentido, a investigação e a discussão sobre múltiplas formas de falar podem contribuir para um ensino mais alinhado à realidade sociolinguística dos alunos. Além disso, compreender a variação linguística pode favorecer uma abordagem mais crítica em relação à noção de norma, questionando sua rigidez e seu papel na reprodução de hierarquias sociais. Assim, ao invés de uma simples aceitação ou rejeição de determinadas variedades linguísticas, torna-se relevante promover o debate sobre as condições que levam à valorização de algumas formas em detrimento de outras e os impactos dessa valorização na construção da cidadania e da inclusão social.

A teoria da heteroglossia, desenvolvida por Mikhail Bakhtin (1997), contribui para a compreensão da diversidade linguística ao enfatizar que todas as línguas e culturas são inerentemente heterogêneas. Para o autor, a linguagem não é um sistema homogêneo e estático, mas um espaço de interação entre diferentes vozes e discursos, que coexistem e se influenciam mutuamente. Essa perspectiva amplia a discussão sobre variação linguística, pois sugere que a

diversidade na fala não se limita a diferenças formais, mas envolve também distintas visões de mundo e valores sociais.

No contexto da oralidade, a heteroglossia se manifesta de maneira particularmente expressiva, pois as interações orais possibilitam o contato direto com diferentes registros, dialetos e idioletos. Durante a comunicação, os falantes negociam sentidos, adequam suas formas de expressão a diferentes contextos e incorporam elementos de múltiplas variedades linguísticas. Dessa forma, a exposição a essa diversidade pode contribuir para um entendimento mais amplo das múltiplas possibilidades expressivas da língua e de sua relação com a identidade sociocultural dos indivíduos.

A reflexão sobre a heteroglossia pode favorecer abordagens pedagógicas mais sensíveis à variação linguística, promovendo um ensino de língua que não se restrinja à normatividade gramatical, mas que valorize a pluralidade discursiva e a capacidade de adaptação dos falantes. Essa perspectiva dialoga com discussões sobre competência comunicativa, na medida em que o desenvolvimento de habilidades linguísticas envolve não apenas o domínio de estruturas formais, mas também a capacidade de interpretar e interagir com diferentes registros e formas de expressão.

A relação entre a heteroglossia e as diretrizes da BNCC pode ser explorada a partir dessa concepção mais ampla de linguagem. Embora a BNCC reconheça a importância da variação linguística no ensino, a forma como essa questão é abordada ainda pode carecer de maior detalhamento e aplicação concreta nas práticas pedagógicas. O reconhecimento da heteroglossia no ensino da língua poderia contribuir para a construção de um ambiente mais inclusivo, que encoraje a sensibilidade intercultural e o respeito à diversidade de vozes que compõem a sociedade. Dessa forma, ao integrar essa perspectiva às práticas educacionais, é possível fomentar um ensino que valorize a pluralidade linguística não apenas como um fenômeno descritivo, mas como uma ferramenta essencial para a construção da cidadania e para o desenvolvimento de uma comunicação mais dialógica e democrática.

MÉTODOS

O percurso metodológico adotado para a construção deste estudo fundamentou-se em abordagens bibliográfica e documental, estratégias essenciais para a coleta e análise de fontes teóricas pertinentes. Essas técnicas possibilitaram a contextualização e o embasamento das discussões, permitindo um aprofundamento crítico sobre a relação entre variação linguística,

identidade e diretrizes educacionais. Além disso, a investigação foi conduzida sob uma abordagem qualitativa, favorecendo o diálogo interdisciplinar entre diferentes áreas do conhecimento e a realidade educacional contemporânea.

A pesquisa foi estruturada em três etapas principais, conforme a proposta metodológica de Gil (2019):

Fase exploratória: Inicialmente, foram selecionadas obras teóricas alinhadas ao tema, com o intuito de identificar as principais correntes de pensamento e estabelecer um referencial conceitual sólido.

Fase descritiva: Em seguida, foram analisadas dissertações e outras produções acadêmicas que abordam a questão da identidade, a fim de atualizar os conhecimentos e identificar diferentes perspectivas sobre o tema. Nesse contexto, Marconi e Lakatos (2017) destacam a importância da pesquisa documental, especialmente na busca por fontes secundárias que possam enriquecer a fundamentação teórica.

Fase analítica: Na terceira etapa, os materiais selecionados foram examinados criticamente, relacionando suas discussões com outras abordagens teóricas e com as diretrizes da BNCC, buscando compreender suas implicações no ensino de língua portuguesa e na construção da identidade dos estudantes.

Por fim, foi realizada a redação do texto final, consolidando os achados da pesquisa e organizando a argumentação de forma coerente. Gil (2019) ressalta a importância dessa etapa, que exige rigor científico na apresentação das informações e na articulação das ideias.

Em linhas gerais, a adoção de técnicas de pesquisa bibliográfica e documental revelou-se essencial para a condução do estudo. Enquanto a pesquisa bibliográfica forneceu um suporte teórico robusto, a pesquisa documental permitiu uma compreensão mais contextualizada do tema. A integração dessas abordagens, aliada à perspectiva dialética, possibilitou a construção de uma análise fundamentada e contribuiu para o avanço da discussão sobre a relação entre variação linguística, identidade e educação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A introdução da BNCC trouxe alterações significativas para a Educação Fundamental e o Ensino Médio no Brasil, buscando alinhar o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores considerados essenciais para o século XXI. Entre as mudanças propostas, destaca-se a reorganização da Educação Fundamental em Anos Iniciais (1º ao 5º ano)

e Anos Finais (6^o ao 9^o ano), com uma maior ênfase na autonomia e no protagonismo dos estudantes nos Anos Finais, preparando-os para a transição ao Ensino Médio (BRASIL, 2017). No entanto, apesar do discurso voltado à inovação pedagógica, a BNCC ainda apresenta desafios quanto à sua aplicabilidade prática e à flexibilidade necessária para atender às diferentes realidades educacionais do país.

O documento estabelece dez competências gerais, aplicáveis da Educação Infantil ao Ensino Médio, que são desdobradas em direitos de aprendizagem, campos de experiência, unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades específicas. Além disso, a BNCC se organiza por grandes áreas do conhecimento, definindo competências específicas para cada componente curricular, as quais deveriam articular-se às competências gerais (BRASIL, 2017). Entretanto, a forma como essas competências são estruturadas levanta questionamentos sobre a real autonomia das escolas e professores no planejamento pedagógico. A padronização excessiva pode reduzir as possibilidades de adaptação curricular, tornando o ensino menos contextualizado e dificultando sua implementação em realidades educacionais diversas.

A reestruturação também envolveu a introdução de Unidades Temáticas, que interligam os Objetos de Conhecimento e as Habilidades a serem desenvolvidas em cada fase do ensino. Enquanto os Objetos de Conhecimento definem conteúdos e processos essenciais, as Habilidades estabelecem as aptidões a serem desenvolvidas pelos estudantes (BRASIL, 2017). No entanto, o modelo adotado pela BNCC, ao tentar abranger uma ampla gama de competências e conteúdos, pode resultar em um currículo sobrecarregado e fragmentado, dificultando sua execução de maneira integrada e significativa.

Além das mudanças estruturais, a BNCC incentiva a incorporação de novos gêneros digitais nos currículos escolares, visando aproximar o ensino da realidade dos alunos e fomentar discussões sobre sua produção, princípios éticos e características linguísticas (BRASIL, 2017). Embora a valorização de gêneros multimodais represente um avanço na compreensão das práticas comunicativas contemporâneas, sua inclusão no currículo levanta questões sobre a capacitação docente e a disponibilidade de recursos para garantir um ensino de qualidade.

No contexto digital, os gêneros comunicativos influenciam diretamente a interação dos alunos, sendo marcados por estratégias de simplificação sintática e variação linguística. Estudos indicam que a língua utilizada em ambientes digitais se diferencia dos usos convencionais, incorporando variantes morfossintáticas que se manifestam em diferentes faixas etárias, especialmente durante o processo de letramento (Pinheiro; Silva; Gomes, 2022). A BNCC

reconhece essas transformações, mas ainda apresenta lacunas quanto à forma como a variação linguística deve ser abordada no ensino. Embora o documento proponha o desenvolvimento da competência discursiva dos alunos em diferentes contextos, a falta de diretrizes mais detalhadas sobre como conciliar o ensino da norma padrão com a valorização das variedades linguísticas pode resultar em abordagens inconsistentes entre as escolas.

Dessa forma, apesar dos avanços conceituais, a BNCC ainda enfrenta desafios quanto à sua implementação e à necessidade de maior flexibilidade curricular. A diversidade linguística e os usos digitais da língua, embora reconhecidos no documento, demandam uma abordagem mais aprofundada e ajustada às múltiplas realidades educacionais, a fim de garantir um ensino mais inclusivo e representativo das práticas sociais dos estudantes.

No contexto da disciplina de Língua Portuguesa, a variação linguística é abordada em três momentos distintos ao longo do documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O primeiro momento ocorre na prática de linguagem denominada Produção de textos, dentro do objeto de conhecimento Relação entre textos. A habilidade proposta nesse eixo envolve a elaboração de textos teatrais a partir da adaptação de diferentes gêneros literários, conforme descrito na seguinte competência:

(EF69LP50) Elaborar texto teatral a partir da adaptação de romances, contos, mitos, narrativas de enigma e aventura, novelas, biografias romanceadas, crônicas, dentre outros, indicando as rubricas para caracterização do cenário, espaço e tempo; explicitando a caracterização física e psicológica dos personagens e seus modos de ação; reconfigurando a inserção do discurso direto e dos tipos de narrador; explicitando as marcas de variação linguística (dialetos, registros e jargões) e retextualizando o tratamento da temática (Brasil, 2017, p. 155).

12

Essa habilidade propõe que os alunos desenvolvam a competência de criar um texto teatral, adaptando diferentes formas narrativas, como romances, contos, mitos, biografias romanceadas e crônicas. Além da organização estrutural do texto e da caracterização de personagens e cenários, a BNCC ressalta a necessidade de explicitar as marcas de variação linguística, incluindo dialetos, registros e jargões, bem como a retextualização da temática original. No entanto, a forma como essa habilidade é apresentada levanta questionamentos sobre sua aplicabilidade prática. O documento não detalha estratégias para que os professores trabalhem essas variações de forma contextualizada e crítica, o que pode limitar a abordagem da diversidade linguística no ensino.

A segunda menção à variação linguística ocorre em um espectro mais amplo, abrangendo todos os campos de atuação, com ênfase na prática de linguagem Análise linguística/semiótica, dentro do objeto de conhecimento Variação linguística. Nesse contexto,

a BNCC apresenta a seguinte habilidade: “(EF69LP55) Reconhecer as variedades da língua falada, o conceito de norma-padrão e o de preconceito linguístico” (Brasil, 2017, p. 157). Essa habilidade sugere que a BNCC reconhece a diversidade linguística e a necessidade de discutir o preconceito linguístico em sala de aula. No entanto, a forma genérica como o tema é tratado pode resultar em dificuldades na implementação pedagógica. Embora o documento mencione a variação linguística, a maneira como ela é incorporada ao currículo não necessariamente reflete um compromisso efetivo com a valorização das múltiplas formas de expressão dos falantes. Ao enfatizar o reconhecimento da norma-padrão sem um aprofundamento crítico sobre os processos de legitimação de determinadas variedades linguísticas em detrimento de outras, o documento pode acabar reforçando uma visão hierárquica da língua, ao invés de promover uma abordagem mais dialógica e inclusiva.

Dessa forma, embora a BNCC apresente avanços ao incluir a variação linguística no ensino de Língua Portuguesa, suas diretrizes ainda apresentam lacunas que demandam maior aprofundamento. A ausência de orientações mais detalhadas sobre como abordar esse tema em sala de aula pode levar a interpretações divergentes entre professores e instituições, comprometendo a efetividade das propostas pedagógicas voltadas à valorização da diversidade linguística.

A questão do preconceito linguístico merece especial atenção, uma vez que determinadas variantes da língua podem ser marginalizadas em função das relações de poder que regem o uso da linguagem na sociedade. Como observa Moran (2023), a língua e suas variedades emergem em estágios específicos da história cultural, carregando significados que não são facilmente transferíveis para outros contextos linguísticos. Esse aspecto evidencia a necessidade de um ensino que vá além do reconhecimento da variação linguística e possibilite uma reflexão crítica sobre os mecanismos que promovem a estigmatização de determinados usos da língua.

A habilidade EF69LP56, por sua vez, enfatiza o uso consciente e reflexivo da norma-padrão da língua portuguesa em contextos específicos (Brasil, 2017). Essa diretriz propõe que os alunos desenvolvam a capacidade de aplicar as regras da norma-padrão em situações formais, demonstrando compreensão e adequação linguística. No entanto, a BNCC não explicita como conciliar essa abordagem com o reconhecimento das variedades linguísticas, o que pode reforçar a dicotomia entre norma e variação, sem promover um ensino verdadeiramente inclusivo e contextualizado.

A fim de sintetizar as menções ao termo variação linguística na BNCC, o quadro a seguir apresenta um resumo das habilidades relacionadas ao tema:

Quadro 1 - Visão geral das habilidades relacionadas ao termo variação linguística

Habilidade	Resumo
EF69LP50	Refere-se à capacidade de criar um roteiro teatral adaptando várias formas de texto (literário, midiático e outros), garantindo a manutenção dos sentidos do texto de origem.
EF69LP51	Relaciona-se à criação de roteiros para vídeos, rádio, TV ou apresentações digitais, com base em textos lidos ou produzidos, considerando as condições de produção e recepção.
EF69LP52	Envolve a criação de jogos de palavras e textos que exploram sonoridade, ritmo, forma e significado, promovendo o apreço pela linguagem e aprimorando a escrita.

Fonte: elaboração própria, 2026.

Ao analisar essas habilidades, percebe-se que a BNCC incorpora a variação linguística em diferentes práticas de linguagem, mas sem aprofundar de maneira sistemática as implicações sociais desse fenômeno. A ênfase na adequação à norma-padrão pode limitar a percepção dos alunos sobre a diversidade linguística e suas funções em distintos contextos, reforçando, ainda que de forma não explícita, hierarquizações entre diferentes formas de expressão. Assim, a implementação dessas diretrizes requer um olhar crítico por parte dos docentes, de modo a garantir que o ensino da língua portuguesa seja não apenas normativo, mas também reflexivo e inclusivo.

Essas habilidades, conforme destacado na BNCC, representam um esforço significativo para focar a compreensão e a aceitação da variação linguística no currículo educacional brasileiro. Elas refletem uma conscientização crescente sobre a importância da diversidade linguística e cultural na educação, promovendo uma abordagem mais inclusiva e respeitosa das diferentes formas de expressão e comunicação. A atenção à variação linguística, portanto, não apenas aprimora a educação linguística, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e empática.

No Quadro 1, são apresentadas três habilidades relacionadas ao termo variação linguística. A habilidade EF69LP50 demanda conhecimentos interdisciplinares com a disciplina de Artes, visando o alcance de um repertório cultural para a criação de um roteiro teatral adaptando diferentes formas de texto, sejam eles literários, midiáticos ou outros. Nesse

processo, é essencial garantir a manutenção dos sentidos do texto de origem, ou seja, preservar o significado e a essência da obra adaptada.

A habilidade EF69LP51, por sua vez, está voltada para a criação de roteiros destinados a vídeos, rádio, TV ou apresentações digitais. Essa habilidade requer que os alunos desenvolvam a construção e escrita com base em textos que foram lidos ou produzidos, levando em consideração as condições de produção e recepção dessas mídias específicas. Para tanto, além da interdisciplinaridade com Artes, precisa ocorrer um trabalho envolvendo conhecimentos de tecnologias da informação, lógica computacional, cinema e diversos outros, visando compreender as características e as demandas de cada meio de comunicação, adaptando o texto de forma adequada e eficaz.

Já a habilidade EF69LP52 está relacionada à criação de jogos de palavras e textos que exploram a sonoridade, o ritmo, a forma e o significado das palavras. Essa habilidade busca promover a apreciação da linguagem e o aprimoramento da escrita por meio da experimentação e da exploração criativa dos recursos linguísticos. A leitura literária preconiza essa habilidade, levando em conta as experiências subjetivas de cada aluno. Ao brincar com a linguagem, os alunos desenvolvem sua capacidade de produzir textos mais expressivos e cativantes.

Essas habilidades destacam a importância da variação linguística como um elemento enriquecedor na produção textual. Ao adaptar diferentes formas de texto, os alunos são incentivados a compreender e utilizar diferentes variantes da língua, como dialetos, registros e jargões, adequando-os ao contexto comunicativo específico. Além disso, a criação de roteiros e jogos de palavras estimula a experimentação linguística, permitindo aos alunos explorar as possibilidades expressivas da língua em suas diferentes manifestações.

A identidade dos falantes está intrinsecamente relacionada à linguagem, e é papel dos educadores estabelecer uma relação profunda com as instâncias pessoais e coletivas em que os alunos estão envolvidos. O discurso é visto como um fomentador da experiência humana, possibilitando aos professores desenvolver ações que relacionem as questões de linguagem às múltiplas relações sociais e culturais, que também contribuem para a definição da identidade cultural dos falantes.

Além das habilidades apresentadas no Quadro 1, a abordagem das variações linguísticas no ensino de Língua Portuguesa pode contribuir para uma formação mais ampla dos estudantes. Ao lidar com a adaptação de textos teatrais, roteiros audiovisuais e jogos de palavras, os alunos são estimulados a explorar diferentes formas de expressão e a compreender a relação entre

linguagem e contexto social. No entanto, a maneira como essas habilidades são apresentadas na BNCC ainda reforça a dicotomia entre norma-padrão e variações linguísticas, sem necessariamente promover uma discussão aprofundada sobre as relações de poder que sustentam essa hierarquização.

Ao integrar essas habilidades em práticas pedagógicas, os professores de Língua Portuguesa podem fomentar a consciência linguística dos alunos, incentivando-os a refletir sobre as implicações sociais, culturais e identitárias da variação linguística. Nesse processo, torna-se essencial ir além da mera aceitação da diversidade linguística e promover um ensino que questione criticamente os fatores que levam à valorização de determinadas variedades da língua em detrimento de outras. O reconhecimento das múltiplas vozes e discursos presentes na sociedade é um passo fundamental para a construção de uma educação linguística que não apenas inclua, mas também empodere os falantes em sua pluralidade.

As ações didáticas que valorizam a oralidade precisam considerar que os alunos se legitimam por meio de suas escolhas linguísticas, construindo sua identidade a partir das formas de expressão que adotam e dos grupos sociais com os quais se identificam. Em diferentes contextos sociais, os padrões linguísticos variam de acordo com fatores como localidade e situação comunicativa. Como destaca Antunes (2007, p. 104), “[...] existem variações linguísticas não porque as pessoas são ignorantes ou indisciplinadas; existem, porque as línguas são fatos sociais, situados num tempo e num espaço concretos, com funções definidas”. Essa perspectiva reforça a necessidade de um ensino que não apenas mencione a variação linguística, mas que a insira de forma significativa nas práticas pedagógicas, superando a visão prescritiva que ainda permeia muitas abordagens educacionais.

Embora a BNCC contemple diferentes gêneros discursivos e modalidades linguísticas, a forma como a variação linguística é incorporada pode levar à sua interpretação como um elemento acessório, e não como um componente estrutural da língua. O documento, ao enfatizar o ensino da norma-padrão em contextos formais, não detalha estratégias para que os professores abordem as múltiplas variedades da língua sem que elas sejam reduzidas a meros exemplos de desvios ou adaptações. Dessa forma, o risco de reforçar um modelo hierárquico da linguagem permanece, cabendo ao docente demonstrar que não existe uma maneira única e correta de falar e escrever, mas sim diferentes usos adequados a diferentes contextos.

A maneira como a linguagem é tratada na escola influencia diretamente a construção da identidade dos falantes. O discurso pedagógico pode atuar como um meio de legitimação das

experiências linguísticas dos alunos, permitindo que eles se reconheçam nas formas de linguagem que utilizam em seu cotidiano e compreendam as relações de poder envolvidas na valorização de determinados usos da língua. Nesse sentido, as diretrizes da BNCC, apesar de apresentarem avanços no que se refere à diversidade textual, ainda carecem de maior aprofundamento na abordagem crítica da variação linguística.

Ao considerar a relevância das variações linguísticas no ensino de Língua Portuguesa, torna-se essencial que essas variações sejam tratadas não como desvios da norma-padrão, mas como manifestações legítimas da diversidade cultural e social. O ensino da língua precisa avançar na construção de um espaço em que os alunos possam compreender a função social da variação linguística e reconhecê-la como parte de sua identidade. Dessa forma, os professores desempenham um papel fundamental na promoção de uma educação linguística que valorize a pluralidade de vozes e discursos, incentivando os estudantes a se perceberem como agentes ativos na construção de significados e na preservação da diversidade linguística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre a constituição da identidade dos alunos no ensino de Língua Portuguesa, torna-se essencial que os professores promovam práticas pedagógicas que contemplem as regras sociolinguísticas utilizadas pelos estudantes. Dessa forma, a sala de aula pode ser concebida como um espaço de troca de conhecimentos, considerando aspectos da realidade social, familiar, cultural e política dos alunos, de modo que esses fatores contribuam para a construção da singularidade de cada indivíduo.

O caráter identitário da linguagem e sua prática pedagógica são elementos fundamentais no ensino de Língua Portuguesa. A identidade se manifesta por meio da linguagem e está diretamente relacionada à abordagem adotada pelos educadores. O ensino da língua não se limita à transmissão de regras gramaticais, mas envolve um processo social que contempla a negociação de identidades e a participação em comunidades de fala. Para isso, faz-se necessário que o ensino respeite e valorize a diversidade linguística e cultural presente na sala de aula.

A BNCC reconhece a relevância das práticas textuais em gêneros diversificados, mas o desafio de integrar essas formas de linguagem no ensino ainda persiste. A reflexão sobre como tornar o ensino de línguas mais significativo, considerando a linguagem como elemento constitutivo dos falantes, permanece uma questão central na educação linguística.

Ao compreender que as variações linguísticas representam possibilidades identitárias vinculadas à expressão da linguagem, os alunos podem perceber-se como agentes ativos na construção de sua própria identidade. O ato de fala reflete não apenas a individualidade do falante, mas também o meio social no qual está inserido. Dessa forma, é fundamental que os educadores incentivem a exploração e a compreensão das variações linguísticas como elementos constituintes da identidade e como reflexos do contexto sociocultural.

Ao adotar uma abordagem pedagógica que valoriza e respeita as variações linguísticas, os professores podem promover uma educação linguística mais inclusiva. Em vez de considerar as variações como desvios da norma-padrão, é essencial reconhecê-las como manifestações legítimas da diversidade linguística e cultural. Essa perspectiva contribui para que os alunos se sintam valorizados em suas formas de expressão, fortalecendo a construção de uma sociedade mais equitativa.

A BNCC propõe diretrizes que incentivam o trabalho com as variações linguísticas, mas a integração dessas abordagens no ensino ainda demanda esforço e reflexão por parte dos educadores. Criar espaços de diálogo e proporcionar oportunidades para que os alunos compreendam e apreciem a riqueza da diversidade linguística, sem deixar de desenvolver habilidades comunicativas adequadas a diferentes contextos, continua sendo um desafio a ser enfrentado no ambiente escolar.

Por fim, a linguagem deve ser compreendida como um elemento constitutivo e constituído da identidade dos falantes. Através dela, os indivíduos constroem conexões sociais, expressam sua individualidade e seu pertencimento a determinados grupos. Assim, ao valorizar as variações linguísticas, os educadores contribuem para a formação de alunos conscientes de sua identidade linguística, capazes de se posicionar criticamente diante das normas e preconceitos linguísticos, e preparados para atuar em uma sociedade plural e diversa.

REFERÊNCIAS

1. ANTUNES, I. Muito além da Gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007.
2. BAKHTIN, M. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC, 1997.
3. BORTONI-RICARDO, S. M. Nós chegemos na escola, e agora? Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

4. BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: 12 mar. 2023.
5. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Planalto, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 fev. 2023.
6. ELIAS, N. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
7. HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
8. LABOV, W. Padrões sociolinguísticos. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2008.
9. MARTINS, A. M.; FERREIRA, I. Ensino de Língua Portuguesa e o respeito à diversidade linguística. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 24, n. 2, p. 89-108, 2020.
10. MENDES, J. M. O. O desafio das identidades. In: SANTOS, B. S. (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.
11. MORAN, J. Lost In Translation. *The Journal of Classics Teaching*, v. 24, n. 47, p. 59-61, mar. 2023.
12. OLIVEIRA, D. S. O papel da memória na construção da identidade cultural dos alunos: diálogos entre possibilidades de leitura. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina, 2015.
13. PINHEIRO, A. F. C.; SILVA, V. L. P.; GOMES, C. A. Conhecimento linguístico e gêneros discursivos digitais: correlações possíveis a partir de fenômenos variáveis em interações por chat. *Revista do Centro de Estudos Humanísticos*, v. 36, n. 2, p. 300-3016, dez. 2022.
14. RAMOS, S. M.; SILVA, N. I. O tratamento da variação linguística na Base Nacional Comum Curricular. *Sala 8: Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação*, v. 1, n. 02, p. 84-102, set. 2022.
15. SCARCELLI, C. M.; KRIJNEN, T.; NIXON, P. Sexuality, gender, media. Identity articulations in the contemporary media landscape. *Information, Communication & Society*, v. 24, n. 01, p. 1063-1072, ago. 2020.
16. TEIXEIRA, G. M.; FANTI, M. R. N. C. Ensino de língua portuguesa no Brasil e o trabalho com as variantes linguísticas em sala de aula. *Verbum*, v. 10, n. 1, p. 38-50, mai. 2021.